

## Tales Faria

# Para clã Bolsonaro, Nunes Marques é o centrão no comando do TSE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem reiterado a seus aliados que não vê como garantidas a favor do grupo todas as decisões que o ministro Kássio Nunes Marques vier a tomar durante o período em que exercerá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nunes Marques assumiu a presidência da Corte nesta terça-feira, 12, tendo como vice André Mendonça. Ele comandará as eleições de outubro deste ano. Terminado seu mandato à frente do órgão, será substituído por Mendonça, empossado como vice.

Ambos foram nomeados ministros do Supremo Tribunal Federal no governo de Bolsonaro. Mas, para o ex-presidente e seus filhos, somente André Mendonça pode ser considerado como verdadeiramente bolsonarista. Avaliam que o novo presidente da Corte Eleitoral representa o centrão.

Nunes Marques teve o respaldo de um acordo entre Jair Bolsonaro os partidos de centro para sua indicação ao STF. André Mendonça, este sim, foi decisão exclusiva do clã, especialmente da então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Com o apoio do centrão e até de nomes à época considerados de oposição, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), Nunes Marques não sofreu resistência significativa à sua aprovação pelo Senado. Já André Mendonça teve que esperar o tempo recorde de 141 dias (entre 13 de julho e 27 de novembro de 2021) para que Davi Alcolumbre (União-AP), então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcasse a sabatina.

O agora presidente do TSE tomou decisões

favoráveis a Bolsonaro como ministro do STF. A principal delas – e que resultou em grande polêmica – foi quando, em 3 de abril de 2021, permitiu a realização de missas e cultos religiosos no país durante a pandemia de Covid-19.

Foi uma decisão monocrática em resposta ao pedido da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), que contestava a constitucionalidade de decretos estaduais e municipais limitando cultos e celebrações religiosas para tentar conter a pandemia. Ele sofreu muitas críticas na época, até mesmo dentro do STF.

Mas o ministro também tomou decisões contrárias aos bolsonaristas. Especialmente quando se alinhou aos colegas pela condenação, com penas duras, dos envolvidos na tentativa de golpe de estado que resultou na invasão das sedes do Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Hoje, como outros ministros do STF, Nunes Marques defende diminuição das penas, embora não se saiba o quanto.

Ele também tem feito uma forte defesa da inviolabilidade das urnas eletrônicas, ao contrário dos ataques até hoje proferidos pelo clã Bolsonaro. O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral tem dito que quer fazer da defesa das urnas o principal mote de sua gestão à frente da Corte.

Por tudo isso os bolsonaristas não têm certeza se o novo presidente do TSE tomará decisões sempre em favor do grupo nas eleições. Mas a avaliação é de que, certamente, ele será mais receptivo do que a ex-presidente Carmen Lúcia e outros ministros que comandaram o TSE nos últimos anos, como Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber.

## Fernando Molicca

# Jovens presos, adultos soltos

Ao propor a redução da maioria penal e defender a libertação dos condenados por golpismo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) demonstra querer prender jovens e soltar os mais velhos. Levantamento divulgado em abril pelo Supremo Tribunal Federal mostra que, dos então 190 presos por atos relacionados à tentativa de golpe, 80% tinham acima de 40 anos.

Pessoas maduras, conscientes dos crimes de invadir e quebrar palácios, agredir policiais, tramar golpe de Estado, sublevar forças armadas e, no caso de alguns, planejar o assassinato de autoridades. Não são crimes de menor gravidade: tanto que, em 2021, o então presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto que estabelecia pena pesada, de até 12 anos, para quem tentasse dar golpe.

Bolsonaro assim concordou que buscar depor um governo legitimamente eleito é algo muito grave — só não imaginava que seria condenado e preso por isso. Para sorte do ex-presidente e de tantos outros condenados, a intentona que promoveram ocorreu na vigência do Estado Democrático de Direito. Na ditadura que costumam louvar, os que tentaram derrubar governos eram presos, torturados e mortos. Não rolava prisão domiciliar.

As mudanças sancionadas pelo ex-presidente acabaram sendo amenizadas pelo Congresso, com o apoio de Flávio Bolsonaro; se dependesse dele, todos os condenados já teriam sido anistiados. O mesmo senador que busca aliviar ainda mais a vida de criminosos veteranos pretende apressar a tramitação da PEC de sua autoria, apresentada em 2019, que reduz a maioria penal para 16 anos e, em

alguns casos, para 14 anos.

Seriam processados como adultos os maiores de 14 anos acusados de, por exemplo, tráfico ilícito de entorpecentes. Um estudo do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) mostrou que, entre os presos em flagrante por tráfico no Rio, 92,5% não portavam arma de fogo e 66% estavam com até 50 gramas de droga. Caso fossem brancos e de classe média muito provavelmente seriam classificados como usuários e escapariam da prisão.

Não por acaso, o senador fluminense tenta apressar a tramitação de sua proposta quando está em pré-campanha pelo Planalto. Tem noção do tamanho do problema da segurança pública e, principalmente, sabe que, desesperada, parte da sociedade tende a apoiar soluções aparentemente simples que, em tese, ajudariam a diminuir crimes que mais nos incomodam no dia a dia.

Mas ele sabe também que o resultado da diminuição da idade penal não adiantaria nada. Há jovens responsáveis por crimes graves como homicídios, mas, de um modo geral, são acusados de tráfico, roubos e furtos: não mandam em organizações criminosas, não fraudam aplicação de emendas parlamentares, não dão golpe de Estado, não confiscam dinheiro de funcionários de seus inexistentes gabinetes, não apresentam projetos redigidos por bancos, não recebem mensalidade de R\$ 500 mil.

Ah, entre outros signatários da PEC de Flávio Bolsonaro estão os senadores Ciro Nogueira, Chico Rodrigues (flagrado com dinheiro na cueca) e Marcos do Val (que já desfilou de tonozeleira eletrônica). Todos bem grandinhos.

## EDITORIAL

# O valor invisível de quem cuida

Há heranças que não se dissipam com o tempo. Elas apenas se transformam, disfarçam-se, encontrando novas formas para continuar. No Brasil, a maneira como tratamos o trabalho doméstico é uma dessas situações permanentes e extremamente incômodas. Um eco persistente de um passado escravocrata que nunca foi plenamente enfrentado, apenas formalmente encerrado.

A figura da empregada doméstica continua, na maioria dos lares brasileiros, atravessada por uma lógica de subalternidade que vai muito além da relação profissional. É uma trabalhadora que chega cedo, enfrenta longos deslocamentos e recebe salários que mal cobrem o básico.

Ainda assim, é ela quem sustenta o cotidiano de outras famílias. É ela quem limpa, organiza, cozinha, cuida. E, sobretudo, observa.

Há uma contradição difícil de ignorar, visto que são essas mulheres, majoritariamente negras, que têm acesso livre aos espaços mais íntimos da vida de seus empregadores. Elas conhecem a rotina, os hábitos, as fragilidades, os conflitos familiares.

Enquanto isso, seus próprios filhos crescem à distância. Ela cuida do filho do outro para garantir o sustento do seu próprio filho. E a sociedade brasileira naturaliza isso...

Naturaliza, ainda, a baixa remuneração, a informalidade persistente, as jornadas elásticas, os

“favores” que substituem direitos. Naturaliza a ideia de que esse trabalho vale menos, como se cuidar de uma casa e das pessoas dentro dela fosse algo menor. Mas não é.

Não se trata de generalizar. Contudo, o problema estrutural permanece. E ele se revela justamente naquilo que ainda nos parece “normal”.

Não é normal que quem sustenta o funcionamento de um lar viva em condições precárias. Não é normal que a confiança depositada no acesso à intimidade não se traduza em valorização concreta. Não é normal que o cuidado seja tão mal pago — especialmente quando ele é essencial.

A questão é complexa, sem dúvida, mas a mudança precisa começar por nós. Isso significa garantir salário digno, respeito aos direitos, jornadas justas. Implica, ainda, construir uma relação baseada em parceria, compreensão e reconhecimento cotidiano.

Porque, no fim, trata-se de admitir o óbvio que ainda resistimos em dizer em voz alta: há uma pessoa de confiança dentro da nossa casa, alguém que compartilha o dia a dia, que sustenta rotinas, que cuida. E que, por isso mesmo, merece muito mais do que o país historicamente lhe ofereceu.

Se o Brasil quiser, de fato, afastar-se de seu passado escravocrata, não basta lembrar a data da abolição. É preciso rever as relações que herdamos dela. Dentro de casa, inclusive.

## Opinião do leitor

### Incentivo à ciência

Os avanços da medicina, graças às novas tecnologias, têm permitido salvar pacientes e até mesmo aumentar expectativa de vida. Por isso, deve-se investir nos cientistas.

*José Ribamar Pinheiro Filho  
Brasília - Distrito Federal*

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) | Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br | redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima  
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil  
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo:  
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.